

LS Broadcast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.935.152/0001-44

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1 de janeiro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora			Consolidado			Nota	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Ativo circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.098	2.065	1.980	2.149	5.245	6.122	–	–	–	1.830	1.682	1.352
Contas a receber de clientes	5	–	–	–	5.599	7.244	7.106	–	–	–	611	378	367
Impostos a recuperar	–	27	65	64	69	183	1.189	–	–	–	1.758	1.556	765
Partes relacionadas	11.a	–	28.638	–	12.049	42.397	52.518	–	–	–	292	377	293
Dividendos a receber	–	2.570	768	6.058	–	–	–	–	–	–	431	1.322	780
Outros créditos	–	7	8	4	334	69	371	–	–	–	410	–	55
Total do ativo circulante		4.702	31.544	8.106	20.201	55.138	67.306				10.991	2.990	1.999
Ativo não circulante													
Impostos a recuperar	–	196	–	–	448	–	321	–	–	–	1.663	1.700	1.773
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.a	–	–	–	13.631	10.837	8.278	–	–	–	–	–	441
Investimentos	6	47.860	54.424	96.169	–	–	–	–	–	–	1.663	1.700	2.214
Direito de uso de ativos	7	–	–	–	1.987	1.842	2.175	–	–	–	–	–	–
Imobilizado	8	–	–	–	5.164	5.548	6.172	–	–	–	–	–	–
Intangível	9	–	–	–	20.514	26.481	32.478	–	–	–	–	–	–
Total do ativo não circulante		48.056	54.424	96.169	41.744	44.708	49.424						
Total do ativo		52.758	85.968	104.275	61.945	99.846	116.473						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1 de janeiro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
Nota	Controladora			Consolidado			Nota	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Receita líquida de vendas	13	–	45.755	–	42.363	–	15	1.084	90	1.103	(19)	–	–
Custo dos produtos vendidos	14	–	(17.509)	(16.596)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro bruto			28.246	25.767									
Despesas operacionais													
Resultados de participações societárias	6	14.396	10.515	–	–	–	16.b	10.363	4.522	10.112	6.756	–	–
Despesas de vendas	14	–	–	(987)	(931)	–	–	–	–	–	–	–	–
Gerais e administrativas	14	(6.083)	(6.073)	(18.672)	(18.093)	–	–	(201)	–	455	(2.020)	–	–
Outras receitas (despesas), líquidas	–	966	(10)	422	32	–	–	10.162	4.522	10.567	4.736	–	–
Lucro operacional		9.279	4.432	9.009	6.775								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1 de janeiro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Saldo em 01 de janeiro de 2021 – reapresentado	Adiantamento para Futuro Aumento de Reserva legal (AFAC)		Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	Capital social	Capital (AFAC)							2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	4.522	97.353	1.644	99.179	10.363	4.522	10.112	6.756
Constituição reserva legal (Nota 12)	–	–	226	–	(226)	–	–	–	–	–	–	–
Constituição dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12)	–	–	–	(15.019)	(1.074)	(16.093)	(55)	(16.148)	–	–	1.429	1.090
Transferência para reserva lucros	–	–	–	3.222	(3.222)	–	–	–	–	–	206	85
Outras movimentações de não controladores	–	–	–	–	–	–	(1.158)	(1.158)	–	–	(28)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021 – reapresentado	75.199	696	1.664	8.405	–	85.964	645	86.609	–	–	–	(441)
Redução de capital social (Nota 12)	(43.782)	–	–	–	–	(43.782)	–	(43.782)	–	–	69	45
Integralização AFAC (Nota 12)	696	(696)	–	–	–	–	–	–	5.997	5.997	5.997	5.997
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	10.162	10.162	405	10.567	(14.396)	(10.515)	–	–
Constituição reserva legal (Nota 12)	–	–	528	–	(528)	–	–	–	–	–	266	232
Constituição dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12)	–	–	–	–	(2.512)	(2.512)	(277)	(2.789)	–	–	–	–
Transferência para reserva lucros (Nota 12)	–	–	–	7.122	(7.122)	–	–	–	–	–	–	–
Outras movimentações de não controladores	–	–	–	–	–	–	(158)	(158)	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	32.113	–	2.192	15.527	–	49.832	615	50.447	–	–	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A LS Broadcast Participações S.A. (“LS Broadcast” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Rua Rui Barbosa nº 333, sala 41-c, Vila Gilda, em Santo André, São Paulo, CEP 09190-370, constituída em 03 de junho de 2016 e tem como objeto social: (a) holdings de instituições não financeiras; (b) exercício de funções de gestão e administração de negócios das companhias do grupo e; (c) participações em outras sociedades, consórcio ou joint ventures. No exercício de 2022 houve a troca dos acionistas da Companhia, porém os novos acionistas são parte do mesmo grupo dos antigos acionistas, não mudando a gestão e forma de controle da mesma. As companhias operacionais, controladas da Companhia, atuam no segmento de rádio e TV, sendo uma afiliada da Rede Globo de Televisão. A Companhia possui participações nas empresas Cia. Catarinense de Rádio e Televisão S.A., Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda., Televisão Joaçaba e Rádio Eldorado FM de Joinville Ltda., a primeira foi uma aquisição parcial em 26 de maio de 2016, e a segunda, a aquisição do restante da participação nestas empresas e o controle foi obtido em 02 de dezembro de 2017. Contudo, todas as decisões da Administração já estavam centralizadas na atual administração. A licença Federal para operacionalização das atividades de tv e rádio são garantidas pelo governo e aprovadas pelo Congresso Federal. Essas licenças são concedidas para cada unidade, com caráter não exclusivo e com vencimento pré-determinado de 15, anos podendo ser prorrogado por igual período. A concessão foi renovada em 2022 e terá vencimento para 2037. A emissão das presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria da Companhia em XX de maio de 2023. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.1.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Consolidação:** a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2022 e 2021: i) **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. ii) **Companhias consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

País	% – Controle direto no capital social	
	2022	2021
Brasil	95,57%	95,57%
Brasil	99,99%	99,99%
Brasil	99,99%	99,99%
Brasil	99,99%	99,99%

Cia. Catarinense de Rádio e Televisão
Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda.
Televisão Joaçaba Ltda.
Rádio Eldorado FM de Joinville Ltda.

b) **Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora. **2.3. Reapresentação para correção de erros:** Em 2017 a Companhia realizou a aquisição de suas controladas, e foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferido sobre os valores de aquisição, porém a administração identificou que não existem indícios da realização desse passivo, o qual optou por baixa-lo, reapresentando os saldos das demonstrações financeiras considerando o efeito dessa transação como o período da constituição do crédito. Diante disso, os saldos originalmente apresentados foram ajustados e as demonstrações financeiras reapresentadas seguindo às diretrizes do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2022, a Companhia reapresentou os saldos de balanço referentes a 31 de dezembro de 2021 e 1 de janeiro de 2021 (saldo de abertura), apresentados de forma comparativa:

a) Balanço patrimonial	31/12/2021						01/01/2021					
	Originalmente apresentado			Ajustes			Originalmente apresentado			Ajustes		
i) Controladora												
Ativo	85.968						104.275					
Total do Ativo	85.968						104.275					
Outros passivos circulantes	4						4					
Imposto de renda e cont. social diferido	3.884			(3.884)			3.884			(3.884)		
Total do Passivo	3.888						3.884					
Patrimônio líquido	82.080						82.080					
Reserva de lucros	4.521			3.884			16.318			3.884		
Outros saldos de patrimônio líquido	77.559			–			77.333			–		
Total no patrimônio líquido	85.968						85.964					
Total passivo + patrimônio líquido	89.856						90.848					
ii) Consolidado												
Ativo	55.138						67.306					
Outros ativos circulantes	6.953						4.394					
Imposto de renda e cont. social diferido	33.871			3.884			40.889			3.884		
Total do Ativo	95.962						112.589					
Total do Passivo	13.237						17.294					
Patrimônio líquido	82.080						82.080					
Reserva de lucros	4.521			3.884			16.318			3.884		
Outros saldos de patrimônio líquido	77.559			–			77.333			–		
Total no patrimônio líquido	85.964						85.964					
Não controladores	645						1.644					
Total passivo + patrimônio líquido	92.409						87.608					

2.4 Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. i) **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor

reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela administração. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e outros créditos. ii) **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, passivo de arrendamento, partes relacionadas e outras contas a pagar. iii) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar

continua ...



... continuação

LS Broadcast Participações S.A.

os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. iv) **Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor original da venda. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor futuro, deduzido da provisão para perda de crédito esperada, se necessária. A provisão para perda de créditos esperada são constituídas com base nos critérios divulgados na Nota Explicativa nº 2.11. **a. 2.6. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, também, inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **2.7. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. São classificadas as licenças de softwares entre outros ativos que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando a sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **a) Ágio decorrente de aquisição de controladas:** O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. **b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda do valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Companhia possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. **2.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.9. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de propaganda no curso normal das atividades das controladas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. **a) Receita financeira:** A Companhia e suas controladas apresentam receita de caráter financeiro referente a rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** **a) Tributos correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **b) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** **b) Tributos diferidos:** A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e quando a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais. **2.11. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Admi-

nistração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Provisão para perda de créditos esperadas:** A perda é constituída com base na política interna, que leva em consideração o número de dias vencidos de cada título das contas a receber, a fim de cobrir eventuais perdas na realização de créditos com terceiros. Em alguns casos, também são considerados outros fatores, como por exemplo, a situação financeira do cliente. **b) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota Explicativa nº 11. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", onde uma provisão deve ser constituída quando: a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **2.12. Novas normas contábeis – novas e alterações/atualizações ocorridas:** **a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • **Contrato Oneroso** – custos de cumprimento de contrato; • **Ativo imobilizado** – vendas antes do uso pretendido; e • **Referências à Estrutura conceitual.** A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados do a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Subsidiária como adotante pela primeira vez.** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimental e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser uma adotante pela primeira vez. **IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de "10 por cento" para caixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros).** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da empresa durante o período. **IAS 41 Agricultura – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola)** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação; As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).** Em fevereiro de

2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **3. Gestão de risco e instrumentos financeiros – a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia. A Companhia reconhece seus recebíveis inicialmente na data em que foram faturados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **b) Fatores de risco financeiro:** As atividades da companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. **b.1) Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos longo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. **b.2) Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. **b.3) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda. O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e líquido suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratada do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **b.3) Risco de liquidez: i) Controladora**

	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022					
Partes relacionadas	410	410	-	-	-
Dividendos a pagar	2.512	2.512	-	-	-
Posição líquida	2.922	2.922	-	-	-
ii) Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	1.830	1.830	-	-	-
Passivo de arrendamento	2.274	611	1.663	-	-
Dividendos a pagar	2.512	2.512	-	-	-
Partes relacionadas	410	410	-	-	-
Outras contas a pagar	1.991	1.991	-	-	-
Posição líquida	9.017	7.354	1.663	-	-
Fluxo de caixa contratual					
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	1.682	1.682	-	-	-
Passivo de arrendamento	2.078	378	1.700	-	-
Dividendos a pagar	3.232	3.232	-	-	-
Outras contas a pagar	2.990	2.990	-	-	-
Posição líquida	9.982	8.282	1.700	-	-

c) Classificação dos instrumentos: A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada abaixo em 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	2.098	2.065	2.149	5.245
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	-	-	5.599	7.244
Partes relacionadas	-	28.638	12.049	42.397
Dividendos a receber	2.570	768	-	-
Outros créditos	7	8	335	69
	4.675	31.479	20.132	54.955
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	-	-	1.830	1.682
Passivo de arrendamento	-	-	2.274	2.078
Partes relacionadas a pagar	410	-	410	-
Dividendos a pagar	2.512	-	2.512	-
Outras contas a pagar	-	-	1.991	6.222
	2.922	-	9.017	9.982

Classificação contábil e mensuração dos valores justos: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros,

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

LS Broadcast Participações S.A.

tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

i) Controladora

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	2.098	2.098	2.065
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	28.638
Dividendos a receber	Nível 2	2.570	2.570	768
Outros recebíveis	Nível 2	7	7	8
		4.675	4.675	31.479
Passivos financeiros				
Partes relacionadas	Nível 2	410	410	-
Dividendos a pagar	Nível 2	2.512	2.512	-
		2.922	2.922	-

ii) Consolidado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	2.149	2.149	5.245
Contas a receber de clientes	Nível 2	5.599	5.599	7.244
Partes relacionadas a receber	Nível 2	12.049	12.049	42.397
Outros recebíveis	Nível 2	335	335	69
		20.132	20.132	54.955
Passivos financeiros				
Fornecedores	Nível 2	1.830	1.830	1.682
Passivo de arrendamento	Nível 2	2.274	2.274	2.078

6. Investimentos – controladora – a) Informações

	Quantidade de quotas ou ações possuídas		% – Participação direta		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2022	2021	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Companhia Catarinense de Rádio e Televisão	1.245.046	1.245.046	95,57%	95,57%	13.847	14.523	9.330
Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda.	600.000	600.000	99,99%	99,99%	3.013	4.399	2.413	2.921
Televisão Joaçaba Ltda.	253.563	253.563	99,99%	99,99%	10.023	8.606	2.467	2.350
Rádio Eldorado FM de Joinville Ltda.	700	700	99,99%	99,99%	741	1.109	592	613

b) Movimentação dos investimentos

	Saldo no início do exercício	Dividendos	Amortização	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
Companhia Catarinense de Rádio e Televisão	13.879	(9.156)	-	8.925	13.648
Radio Atlântida FM de Florianópolis Ltda.	4.399	(3.798)	-	2.413	3.014
Televisão Joaçaba Ltda.	8.605	(1.050)	-	2.467	10.022
Rádio Eldorado FM de Joinville Ltda.	1.109	(959)	-	592	742
Ágio	12.695	-	-	-	12.695
Alocação valor justo	13.737	(5.997)	-	-	7.740
Total do investimento	54.424	(14.963)	(5.997)	14.396	48.464

2021

	Saldo no início do exercício	Dividendos	Amortização	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
Companhia Catarinense de Rádio e Televisão	36.627	(27.378)	-	4.630	13.879
Radio Atlântida FM de Florianópolis Ltda.	12.690	(11.212)	-	2.921	4.399
Televisão Joaçaba Ltda.	11.255	(5.001)	-	2.351	8.605
Rádio Eldorado FM de Joinville Ltda.	3.168	(2.672)	-	613	1.109
Ágio	12.695	-	-	-	12.695
Alocação valor justo	19.734	(5.997)	-	-	13.737
Total do investimento	96.169	(46.263)	(5.997)	10.515	54.424

(a) A amortização ocorrida no exercício refere-se à alocação de valor justo, que se atribuem à amortização dos ativos de "Contratos", identificáveis e com vida útil definida, referentes a aquisição de suas controladas, registrados no intangível.

7. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento – consolidado

a) Direito de uso de ativos, líquido

	Terrenos e Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.175
Baixa	(3)
Amortização	(330)
Saldo contábil, líquido	1.842
Custo	2.827
Depreciação	(985)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.842
Adições e remensurações	634
Baixa	(66)
Depreciação	(423)
Saldo contábil, líquido	1.987
Custo	3.395
Depreciação	(1.408)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.987

b) Passivo de arrendamentos

	Terrenos e Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.140
Baixa de ativos	(42)
Juros	232
Pagamentos	(252)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.078
Adição	(634)
Leonardo Sanchez	32.112
Caroline Ricci Fagundes Sanchez Secundino	1
Juros	266
Pagamentos	(610)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.274
Circulante	611
Não circulante	1.663
	2.274

8. Imobilizado – consolidado

	Prédios e Máquinas					Total
	Terrenos	benfeitorias	úteis	equipamentos	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	85	259	82	5.746	-	6.172
Adição	-	212	-	9	1	222
Baixa de ativos	-	(88)	-	-	-	(88)
Baixa de depreciação	-	2	-	-	-	2
Depreciação	-	(3)	(2)	(754)	(1)	(760)
Saldo contábil, líquido	85	382	80	5.001	-	5.548
Custo	85	1.023	1.180	18.782	2.262	23.332
Depreciação	-	(641)	(1.100)	(13.781)	(2.262)	(17.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	85	382	80	5.001	-	5.548
Adição	-	-	373	414	39	826
Baixa de ativos	-	(235)	(5)	(335)	(53)	(628)
Depreciação	-	(13)	(36)	(952)	(5)	(1.008)
Baixa de depreciação	-	133	-	238	53	424
Saldo contábil, líquido	85	267	412	4.366	34	5.164
Custo	85	788	1.548	18.861	2.248	23.530
Depreciação	-	(521)	(1.136)	(14.495)	(2.214)	(18.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85	267	412	4.366	34	5.164
Taxas anuais de depreciação – %	-	4	10	10	10	

ii) Consolidado

	Mensuração a valor justo	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Partes relacionadas a pagar	Nível 2	410	410	-	-
Dividendos a pagar	Nível 2	2.512	2.512	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	1.991	1.991	6.222	6.222
		9.017	9.017	9.982	9.982

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021: • Caixa e equivalentes de caixa: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações da Companhia e seus clientes e são classificados como curto. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Fornecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas: decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias da Companhia com seus fornecedores e são classificados como custo amortizado. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Outros recebíveis e outras contas a pagar: são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
Bancos conta movimento	2.098	2.065
Total	2.098	2.065

5. Contas a receber de clientes – Consolidado

	2022	2021
Clientes nacionais	5.719	7.295
Provisão para perda de créditos esperadas	(120)	(51)
	5.599	7.244

O aging do contas a receber estava assim representado:

	2022	2021
A vencer	1.584	6.106
Vencidos	-	-
Até três meses	3.155	628
Acima de seis meses	827	561
Mais de um ano	153	-
	5.719	7.295

A movimentação da provisão para perda de créditos esperadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme tabela a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	(51)	(96)
Movimento	(69)	45
Saldo final	(120)	(51)

A Administração da Companhia entende que a provisão é o suficiente para resguardar quanto a eventuais perdas no recebimento das contas a receber de clientes.

9. Intangível – consolidado

	Ágio (i)	Soft-ware	Marcas e Contratos	Patentes (i) e Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.695	32	7.741	12.010	32.478
Amortização	-	-	-	(5.997)	(5.997)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.695	32	7.741	6.013	26.481
Adição	-	33	-	-	33
Baixa	-	-	(2)	-	(2)
Amortização	-	(1)	-	(5.997)	(5.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.695	64	7.739	16	20.514
Custo	12.695	65	7.739	6.013	26.512
Amortização	-	(1)	-	(5.997)	(5.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.695	64	7.739	16	20.514
Taxas anuais de amortização – %	-	9-10	-	60	-

(i) Para os saldos de ágio e marcas e patentes, os quais são ativos sem vida útil definida, a administração realiza anualmente os testes de Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) conforme CPC 01 (R1), e não encontrou indícios de não-realização dos ativos.

10. Outras contas a pagar – Consolidado

	2022	2021
Contrato de rede a pagar	-	264
Receita diferida	303	394
Provisão para despesas	-	2.713
Outras contas a pagar	1.688	2.842
	1.991	6.222

11. Partes relacionadas – A Companhia efetua transações com partes relacionadas em condições definidas entre os envolvidos. Os saldos do balanço estão apresentados conforme demonstrado a seguir:

a) Ativo

	Controladora	Consolidado
Dividendos a receber	2.570	768
Partes relacionadas a receber (i)	-	(144)
Adiantamento à acionistas (ii)	-	28.782
Total	2.570	29.406

(i) Os pagamentos e recebimentos da Companhia são realizados de forma centralizada na NC Adm. e Cobranças Ltda., como forma de centralizar a administração de caixa. (ii) Em 2021 houve o adiantamento de valores a acionistas, o qual foi baixado mediante cancelamento de ações e reembolso dos valores à acionistas, com complemento de R\$ 15.000, totalizando o montante R\$ 43.782 de capital social reduzido conforme nota 12.

b) Passivo

	Controladora	Consolidado
Dividendos a pagar	2.512	2.512
Partes relacionadas a pagar (i)	410	410
	2.922	2.922

(i) Os pagamentos e recebimentos da Companhia são realizados de forma centralizada na NC Adm. e Cobranças Ltda., como forma de centralizar a administração de caixa.

12. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito da Companhia está representado da seguinte forma:

	Capital Social	Ações nominativas	% – Participação
	2022	2021	2022
Saltriver Fundo de Investimento em Participações Ltda	-	75.198	-
Leonardo Sanchez	32.112	1	99,99%
Caroline Ricci Fagundes Sanchez Secundino	1	1	0,01%
	32.113	75.199	32.809.682

Em 30 de novembro de 2022 houve a redução de capital no montante de R\$ 43.782, mediante o cancelamento de 43.782.746 ações. b) Adiantamento para futuro aumento de capital: Refere-se a integralização das debêntures, no qual, está em processo de regularização da documentação societária, o montante registrado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 696. Em 2022 o saldo foi integralizado para capital social através da emissão de 373.315 ações. c) Apropriação do lucro: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: i) Reserva legal: É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 30% do capital social. Em 31 de

dezembro de 2022, a Companhia destinou o montante R\$ 559 (R\$ 226 em 2021). d) Distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	10.162	10.162
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(528)	(528)
Base de cálculo dos dividendos	10.039	10.039
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.512	2.512
d) Distribuição de dividendos: A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentada a seguir:		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.680	6.680
Antecipação de dividendos	28.782	28.782
Dividendos pagos	(51.555)	(51.555)
Dividendos destinados	16.093	16.093
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.512	2.512
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.512	2.512

13. Receita líquida de vendas – Consolidado

	2022	2021
Receita bruta de produtos e serviços	49.478	46.116
(-) Impostos sobre vendas	(2.525)	(2.363)
(-) Devoluções, abatimentos e cancelamento	(1.198)	(1.390)
	45.755	42.363

14. Abertura dos custos e despesas por natureza

	Controladora	Consolidado
Despesas com pessoal	(81)	(6.704)
Custos de veiculação	-	(10.805)
Amortização valor justo PPA (Notas 6 e 8)	(5.997)	(5.997)
Energia elétrica, água e esgoto, telecomunicação	-	(963)
Manutenções	-	(899)
Depreciação e amortização	-	(1.006)
Amortização de direito de uso	-	(423)
Comissões de agentes	-	(534)
Aluguéis	-	(320)
Serviços contratados	(5)	(4.438)
Provisão para perda de créditos esperadas	-	(69)
Outras despesas	-	(1.330)
	(6.083)	(37.168)
Custos dos produtos vendidos	-	(52)
Despesas com vendas	-	(987)
Despesas gerais e administrativas	(6.083)	(18.672)
	(6.083)	(37.168)

15. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
Despesas financeiras		

... continuação

LS Broadcast Participações S.A.

diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas, 10 de maio de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-027.623/F

Cristiane Cléria S. Hilario

Sócia-Contadora CRC-1SP 243.766/O-8



Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

NC Broadcast Participações S.A.

Itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. b) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e quando a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais. 2.12. Principais julgamentos e estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: a) Provisão para Perda de Crédito Esperada: A perda é constituída com base na política interna, que leva em consideração o número de dias vencidos de cada título das contas a receber, a fim de cobrir eventuais perdas na realização de créditos com terceiros. Em alguns casos, também são considerados outros fatores, como por exemplo, a situação financeira do cliente. b) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis: A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes onde uma provisão deve ser constituída quando: a) A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. 2.13. Novas normas contábeis - novas e alterações/atualizações ocorridas: a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo Imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato: Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados dos a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso. Referências à Estrutura conceitual: As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a empresa aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para as combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Subsidiária como adotante pela primeira vez: A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser uma adotante pela primeira vez. IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros): A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período. IAS 41 Agriculture - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola): A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas

e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contá-

beis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. 3. Gestão de risco e instrumentos financeiros - a) Considerações gerais e políticas: A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia. A Companhia reconhece seus recebíveis inicialmente na data em que foram faturados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b) Fatores de risco financeiro: As atividades da companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. b.1) Risco de mercado: A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos longo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativos e passivos atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros fluente utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Table with 8 columns: Exatidão, Risco, Tipo, Vencimento, Taxa efetiva em 31/12/2022, Provável Valor, Apreciação de 25%, Deterioração de 50%. It lists various financial instruments and their impact on the balance sheet.

Table with 8 columns: Exatidão, Risco, Tipo, Vencimento, Taxa efetiva em 31/12/2022, Provável Valor, Apreciação de 25%, Deterioração de 50%. It lists various financial instruments and their impact on the balance sheet.

b.2) Risco de crédito: A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. b.3) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Table with 6 columns: Classificação dos instrumentos, Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021. It shows the classification of instruments and their values at different dates.

Table with 6 columns: Fluxo de caixa de contrato, Entre um ano, Entre dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. It shows cash flows for different periods.

Classificação contábil e mensuração dos valores justos: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

Table with 6 columns: Mensuração a valor justo, Valor justo contábil, Valor justo contábil, 31/12/2022, 31/12/2021. It shows the measurement of fair value and its impact on the balance sheet.



... continuação

		31/12/2022				31/12/2021																																																																																																																																																					
		Mensuração a valor justo		Valor contábil		Valor contábil		Valor contábil																																																																																																																																																			
Passivos																																																																																																																																																											
Fornecedores	Nível 2	6.164	6.164	6.248	6.248																																																																																																																																																						
Passivo de arrendamento	Nível 2	5.929	5.929	4.817	4.817																																																																																																																																																						
Partes relacionadas	Nível 2	17.851	17.851	6.626	6.626																																																																																																																																																						
Dividendos a pagar	Nível 2	6.144	6.144	16.881	16.881																																																																																																																																																						
Outras contas a pagar	Nível 2	9.337	9.337	9.066	9.066																																																																																																																																																						
		45.425	45.425	43.638	43.638																																																																																																																																																						
<p>A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021: • Caixa e equivalentes de caixa: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações da Companhia e seus clientes e são classificados como curto. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Fornecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas: decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias da Companhia com seus fornecedores e são classificados como custo amortizado. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Outros recebíveis e outras contas a pagar: são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras.</p>																																																																																																																																																											
<p>4. Caixa e equivalentes de caixa</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Banco conta movimento</td> <td></td> <td>3</td> <td>11</td> <td>413</td> <td>1.912</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td></td> <td>1.191</td> <td>1.065</td> <td>64.760</td> <td>28.935</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>1.194</td> <td>1.076</td> <td>65.173</td> <td>30.847</td> </tr> </tbody> </table> <p>Foram classificados como caixa e equivalentes de caixa, contas bancárias e aplicações financeiras Compromissadas e Certificados de Depósitos Bancários que possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e por estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras individuais e consolidadas são remuneradas pela taxa média de 99% a 103% do CDI (97% a 109% em 2021).</p>												Controladora		Consolidado				2022	2021	2022	2021	Banco conta movimento		3	11	413	1.912	Aplicações financeiras		1.191	1.065	64.760	28.935			1.194	1.076	65.173	30.847																																																																																																																				
		Controladora		Consolidado																																																																																																																																																							
		2022	2021	2022	2021																																																																																																																																																						
Banco conta movimento		3	11	413	1.912																																																																																																																																																						
Aplicações financeiras		1.191	1.065	64.760	28.935																																																																																																																																																						
		1.194	1.076	65.173	30.847																																																																																																																																																						
<p>5. Contas a receber de clientes – Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Clientes nacionais</td> <td></td> <td>25.342</td> <td>45.380</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perda de crédito esperadas</td> <td></td> <td>(841)</td> <td>(1.329)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>24.501</td> <td>44.051</td> </tr> </tbody> </table> <p>O aging do contas a receber estava assim representado:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A vencer</td> <td></td> <td>22.012</td> <td>30.834</td> </tr> <tr> <td>Vencidos:</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Até três meses</td> <td></td> <td>2.831</td> <td>12.504</td> </tr> <tr> <td>Entre três à seis meses</td> <td></td> <td>181</td> <td>533</td> </tr> <tr> <td>Acima de seis meses</td> <td></td> <td>318</td> <td>1.509</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>25.342</td> <td>45.380</td> </tr> </tbody> </table> <p>A movimentação da provisão para perda de crédito esperadas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo inicial</td> <td></td> <td>(1.329)</td> <td>(14)</td> </tr> <tr> <td>Movimento</td> <td></td> <td>488</td> <td>(1.315)</td> </tr> <tr> <td>Saldo final</td> <td></td> <td>(841)</td> <td>(1.329)</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Administração da Companhia entende que a provisão é o suficiente para resguardar quanto a eventuais perdas no recebimento das contas a receber de clientes.</p>												2022	2021	Clientes nacionais		25.342	45.380	Provisão para perda de crédito esperadas		(841)	(1.329)			24.501	44.051			2022	2021	A vencer		22.012	30.834	Vencidos:				Até três meses		2.831	12.504	Entre três à seis meses		181	533	Acima de seis meses		318	1.509			25.342	45.380			2022	2021	Saldo inicial		(1.329)	(14)	Movimento		488	(1.315)	Saldo final		(841)	(1.329)																																																																																						
		2022	2021																																																																																																																																																								
Clientes nacionais		25.342	45.380																																																																																																																																																								
Provisão para perda de crédito esperadas		(841)	(1.329)																																																																																																																																																								
		24.501	44.051																																																																																																																																																								
		2022	2021																																																																																																																																																								
A vencer		22.012	30.834																																																																																																																																																								
Vencidos:																																																																																																																																																											
Até três meses		2.831	12.504																																																																																																																																																								
Entre três à seis meses		181	533																																																																																																																																																								
Acima de seis meses		318	1.509																																																																																																																																																								
		25.342	45.380																																																																																																																																																								
		2022	2021																																																																																																																																																								
Saldo inicial		(1.329)	(14)																																																																																																																																																								
Movimento		488	(1.315)																																																																																																																																																								
Saldo final		(841)	(1.329)																																																																																																																																																								
<p>6. Estoques – Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Materiais diversos</td> <td></td> <td>189</td> <td>2.705</td> </tr> <tr> <td>Papel</td> <td></td> <td>606</td> <td>1.118</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perdas nos estoques (a)</td> <td></td> <td>(2.203)</td> <td>(2.203)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>795</td> <td>1.620</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) A constituição da provisão para perdas nos estoques se refere ao encerramento das atividades de jornal físico, o qual será convertido em jornal digital, além do fechamento dos parques gráficos e terceirização da impressão.</p>												2022	2021	Materiais diversos		189	2.705	Papel		606	1.118	Provisão para perdas nos estoques (a)		(2.203)	(2.203)			795	1.620																																																																																																																														
		2022	2021																																																																																																																																																								
Materiais diversos		189	2.705																																																																																																																																																								
Papel		606	1.118																																																																																																																																																								
Provisão para perdas nos estoques (a)		(2.203)	(2.203)																																																																																																																																																								
		795	1.620																																																																																																																																																								
<p>7. Outras contas a receber</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Antecipação de dividendos</td> <td></td> <td>1.363</td> <td>–</td> <td>1.363</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Adiantamento a fornecedores</td> <td></td> <td>–</td> <td>–</td> <td>2.368</td> <td>1.750</td> </tr> <tr> <td>Adiantamento a funcionários</td> <td></td> <td>–</td> <td>–</td> <td>207</td> <td>125</td> </tr> <tr> <td>Despesas pagas antecipadamente</td> <td></td> <td>–</td> <td>–</td> <td>1.948</td> <td>2.535</td> </tr> <tr> <td>Outros créditos</td> <td></td> <td>–</td> <td>–</td> <td>169</td> <td>44</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>1.363</td> <td>–</td> <td>6.055</td> <td>4.454</td> </tr> </tbody> </table>												Controladora		Consolidado				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Antecipação de dividendos		1.363	–	1.363	–	Adiantamento a fornecedores		–	–	2.368	1.750	Adiantamento a funcionários		–	–	207	125	Despesas pagas antecipadamente		–	–	1.948	2.535	Outros créditos		–	–	169	44			1.363	–	6.055	4.454																																																																																																		
		Controladora		Consolidado																																																																																																																																																							
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																																						
Antecipação de dividendos		1.363	–	1.363	–																																																																																																																																																						
Adiantamento a fornecedores		–	–	2.368	1.750																																																																																																																																																						
Adiantamento a funcionários		–	–	207	125																																																																																																																																																						
Despesas pagas antecipadamente		–	–	1.948	2.535																																																																																																																																																						
Outros créditos		–	–	169	44																																																																																																																																																						
		1.363	–	6.055	4.454																																																																																																																																																						
<p>8. Investimentos – Controladora – a) Informações</p> <p>NC Comunicações S.A.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quantidade de cotas</td> <td></td> <td>53.904.531</td> <td>53.904.531</td> </tr> <tr> <td>% de participação</td> <td></td> <td>99,99%</td> <td>99,99%</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio líquido</td> <td></td> <td>244.882</td> <td>231.106</td> </tr> <tr> <td>Resultado do exercício</td> <td></td> <td>20.829</td> <td>11.425</td> </tr> </tbody> </table> <p>b) Movimentação de investimentos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2021</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>NC Comunicações</td> <td></td> <td>231.084</td> <td>20.826</td> </tr> <tr> <td>Ágio</td> <td></td> <td>2.631</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Valor justo – Marcas</td> <td></td> <td>27.580</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Saldo líquido</td> <td></td> <td>261.295</td> <td>20.826</td> </tr> </tbody> </table> <p>Equivalência patrimonial</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>NC Comunicações</td> <td></td> <td>227.358</td> <td>11.424</td> </tr> <tr> <td>Ágio</td> <td></td> <td>2.631</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Valor justo – Marcas</td> <td></td> <td>27.580</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Saldo líquido</td> <td></td> <td>257.569</td> <td>11.424</td> </tr> </tbody> </table>												2022	2021	Quantidade de cotas		53.904.531	53.904.531	% de participação		99,99%	99,99%	Patrimônio líquido		244.882	231.106	Resultado do exercício		20.829	11.425			2021	2022	NC Comunicações		231.084	20.826	Ágio		2.631	–	Valor justo – Marcas		27.580	–	Saldo líquido		261.295	20.826			2020	2021	NC Comunicações		227.358	11.424	Ágio		2.631	–	Valor justo – Marcas		27.580	–	Saldo líquido		257.569	11.424																																																																																						
		2022	2021																																																																																																																																																								
Quantidade de cotas		53.904.531	53.904.531																																																																																																																																																								
% de participação		99,99%	99,99%																																																																																																																																																								
Patrimônio líquido		244.882	231.106																																																																																																																																																								
Resultado do exercício		20.829	11.425																																																																																																																																																								
		2021	2022																																																																																																																																																								
NC Comunicações		231.084	20.826																																																																																																																																																								
Ágio		2.631	–																																																																																																																																																								
Valor justo – Marcas		27.580	–																																																																																																																																																								
Saldo líquido		261.295	20.826																																																																																																																																																								
		2020	2021																																																																																																																																																								
NC Comunicações		227.358	11.424																																																																																																																																																								
Ágio		2.631	–																																																																																																																																																								
Valor justo – Marcas		27.580	–																																																																																																																																																								
Saldo líquido		257.569	11.424																																																																																																																																																								
<p>9. Direito de Uso de ativos e Passivo de Arrendamento- Consolidado</p> <p>a) Direito de uso de ativos, líquido</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td>4.253</td> <td>4.253</td> </tr> <tr> <td>Aquisições</td> <td></td> <td>630</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td></td> <td>(671)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Saldo final</td> <td></td> <td>(41)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Custo</td> <td></td> <td>6.532</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Depreciação acumulada</td> <td></td> <td>(2.320)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021</td> <td></td> <td>4.212</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Aquisições</td> <td></td> <td>1.630</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td></td> <td>(657)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Saldo final</td> <td></td> <td>5.185</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Custo</td> <td></td> <td>8.162</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Depreciação acumulada</td> <td></td> <td>(2.977)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022</td> <td></td> <td>5.185</td> <td>–</td> </tr> </tbody> </table> <p>b) Passivo de arrendamento</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td>4.606</td> <td>394</td> </tr> <tr> <td>Aquisições</td> <td></td> <td>183</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos</td> <td></td> <td>(4.817)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021</td> <td></td> <td>1.630</td> <td>394</td> </tr> <tr> <td>Aquisições</td> <td></td> <td>639</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Juros</td> <td></td> <td>(1.157)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos</td> <td></td> <td>5.929</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022</td> <td></td> <td>996</td> <td>394</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td></td> <td>4.933</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td></td> <td>5.929</td> <td>–</td> </tr> </tbody> </table>												2022	2021	Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020		4.253	4.253	Aquisições		630	–	Depreciação		(671)	–	Saldo final		(41)	–	Custo		6.532	–	Depreciação acumulada		(2.320)	–	Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021		4.212	–	Aquisições		1.630	–	Depreciação		(657)	–	Saldo final		5.185	–	Custo		8.162	–	Depreciação acumulada		(2.977)	–	Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022		5.185	–			2022	2021	Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020		4.606	394	Aquisições		183	–	Pagamentos		(4.817)	–	Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021		1.630	394	Aquisições		639	–	Juros		(1.157)	–	Pagamentos		5.929	–	Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022		996	394	Circulante		4.933	–	Não circulante		5.929	–																																														
		2022	2021																																																																																																																																																								
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020		4.253	4.253																																																																																																																																																								
Aquisições		630	–																																																																																																																																																								
Depreciação		(671)	–																																																																																																																																																								
Saldo final		(41)	–																																																																																																																																																								
Custo		6.532	–																																																																																																																																																								
Depreciação acumulada		(2.320)	–																																																																																																																																																								
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021		4.212	–																																																																																																																																																								
Aquisições		1.630	–																																																																																																																																																								
Depreciação		(657)	–																																																																																																																																																								
Saldo final		5.185	–																																																																																																																																																								
Custo		8.162	–																																																																																																																																																								
Depreciação acumulada		(2.977)	–																																																																																																																																																								
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022		5.185	–																																																																																																																																																								
		2022	2021																																																																																																																																																								
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020		4.606	394																																																																																																																																																								
Aquisições		183	–																																																																																																																																																								
Pagamentos		(4.817)	–																																																																																																																																																								
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021		1.630	394																																																																																																																																																								
Aquisições		639	–																																																																																																																																																								
Juros		(1.157)	–																																																																																																																																																								
Pagamentos		5.929	–																																																																																																																																																								
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022		996	394																																																																																																																																																								
Circulante		4.933	–																																																																																																																																																								
Não circulante		5.929	–																																																																																																																																																								
<p>10. Imobilizado – Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Terrenos</th> <th>Móveis e utensílios</th> <th>Máquinas e equipamentos</th> <th>Outros</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td>1.708</td> <td>5.794</td> <td>2.952</td> <td>8.295</td> <td>19.964</td> </tr> <tr> <td>Adição</td> <td></td> <td>–</td> <td>3.816</td> <td>217</td> <td>2.946</td> <td>7.267</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td></td> <td>(120)</td> <td>(5.057)</td> <td>(4)</td> <td>129</td> <td>(5.350)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td></td> <td>–</td> <td>(151)</td> <td>(553)</td> <td>(2.428)</td> <td>(3.505)</td> </tr> <tr> <td>Provisão para impairment (a)</td> <td></td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>459</td> <td>459</td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido</td> <td></td> <td>1.588</td> <td>4.402</td> <td>2.612</td> <td>9.401</td> <td>18.990</td> </tr> <tr> <td>Custo</td> <td></td> <td>1.588</td> <td>14.863</td> <td>10.872</td> <td>90.524</td> <td>131.080</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td></td> <td>–</td> <td>(10.481)</td> <td>(8.260)</td> <td>(81.123)</td> <td>(122.415)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2021</td> <td></td> <td>1.588</td> <td>4.402</td> <td>2.612</td> <td>9.401</td> <td>18.990</td> </tr> <tr> <td>Adição</td> <td></td> <td>–</td> <td>–</td> <td>2.654</td> <td>114</td> <td>4.128</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td></td> <td>–</td> <td>(1.443)</td> <td>18</td> <td>(4.374)</td> <td>(3.660)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td></td> <td>–</td> <td>(159)</td> <td>(627)</td> <td>(2.225)</td> <td>(3.213)</td> </tr> <tr> <td>Provisão para impairment (a)</td> <td></td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>4.937</td> <td>4.937</td> </tr> <tr> <td>Saldo contábil, líquido</td> <td></td> <td>1.588</td> <td>2.800</td> <td>4.657</td> <td>9.099</td> <td>21.182</td> </tr> <tr> <td>Custo</td> <td></td> <td>1.588</td> <td>7.830</td> <td>12.880</td> <td>63.127</td> <td>100.418</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td></td> <td>–</td> <td>(5.030)</td> <td>(8.223)</td> <td>(54.028)</td> <td>(79.236)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2022</td> <td></td> <td>1.588</td> <td>2.800</td> <td>4.657</td> <td>9.099</td> <td>21.182</td> </tr> </tbody> </table> <p>Taxas anuais de depreciação – %</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Terrenos</td> <td></td> <td>–</td> <td>10-20</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td></td> <td>10</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td></td> <td>10</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td></td> <td>10</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>												Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Outros	Total	Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.708	5.794	2.952	8.295	19.964	Adição		–	3.816	217	2.946	7.267	Baixas		(120)	(5.057)	(4)	129	(5.350)	Depreciação		–	(151)	(553)	(2.428)	(3.505)	Provisão para impairment (a)		–	–	–	459	459	Saldo contábil, líquido		1.588	4.402	2.612	9.401	18.990	Custo		1.588	14.863	10.872	90.524	131.080	Depreciação		–	(10.481)	(8.260)	(81.123)	(122.415)	Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.588	4.402	2.612	9.401	18.990	Adição		–	–	2.654	114	4.128	Baixas		–	(1.443)	18	(4.374)	(3.660)	Depreciação		–	(159)	(627)	(2.225)	(3.213)	Provisão para impairment (a)		–	–	–	4.937	4.937	Saldo contábil, líquido		1.588	2.800	4.657	9.099	21.182	Custo		1.588	7.830	12.880	63.127	100.418	Depreciação		–	(5.030)	(8.223)	(54.028)	(79.236)	Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.588	2.800	4.657	9.099	21.182			2022	2021	Terrenos		–	10-20	Móveis e utensílios		10	10	Máquinas e equipamentos		10	10	Outros		10	10
		Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Outros	Total																																																																																																																																																					
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.708	5.794	2.952	8.295	19.964																																																																																																																																																					
Adição		–	3.816	217	2.946	7.267																																																																																																																																																					
Baixas		(120)	(5.057)	(4)	129	(5.350)																																																																																																																																																					
Depreciação		–	(151)	(553)	(2.428)	(3.505)																																																																																																																																																					
Provisão para impairment (a)		–	–	–	459	459																																																																																																																																																					
Saldo contábil, líquido		1.588	4.402	2.612	9.401	18.990																																																																																																																																																					
Custo		1.588	14.863	10.872	90.524	131.080																																																																																																																																																					
Depreciação		–	(10.481)	(8.260)	(81.123)	(122.415)																																																																																																																																																					
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.588	4.402	2.612	9.401	18.990																																																																																																																																																					
Adição		–	–	2.654	114	4.128																																																																																																																																																					
Baixas		–	(1.443)	18	(4.374)	(3.660)																																																																																																																																																					
Depreciação		–	(159)	(627)	(2.225)	(3.213)																																																																																																																																																					
Provisão para impairment (a)		–	–	–	4.937	4.937																																																																																																																																																					
Saldo contábil, líquido		1.588	2.800	4.657	9.099	21.182																																																																																																																																																					
Custo		1.588	7.830	12.880	63.127	100.418																																																																																																																																																					
Depreciação		–	(5.030)	(8.223)	(54.028)	(79.236)																																																																																																																																																					
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.588	2.800	4.657	9.099	21.182																																																																																																																																																					
		2022	2021																																																																																																																																																								
Terrenos		–	10-20																																																																																																																																																								
Móveis e utensílios		10	10																																																																																																																																																								
Máquinas e equipamentos		10	10																																																																																																																																																								
Outros		10	10																																																																																																																																																								
<p>(a) A constituição da provisão para impairment no montante de R\$ 4.937 se refere a</p>																																																																																																																																																											
<p>NC Broadcast Participações S.A.</p> <p>modificação das atividades de jornal, que passarão a ser digitais, além do fechamento dos parques gráficos, ficando a impressão dos jornais realizada por terceiro.</p> <p>11. Intangível – Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td>144.854</td> <td>169</td> </tr> <tr> <td>Amortização</td> <td></td> <td>–</td> <td>(29)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2021</td> <td></td> <td>144.854</td> <td>140</td> </tr> <tr> <td>Custo</td> <td></td> <td>144.854</td> <td>4.187</td> </tr> <tr> <td>Amortização</td> <td></td> <td>–</td> <td>(4.047)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2021</td> <td></td> <td>144.854</td> <td>140</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td></td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Amortização</td> <td></td> <td>–</td> <td>(29)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2022</td> <td></td> <td>144.854</td> <td>111</td> </tr> <tr> <td>Custo</td> <td></td> <td>144.854</td> <td>4.187</td> </tr> <tr> <td>Amortização</td> <td></td> <td>–</td> <td>(4.076)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2022</td> <td></td> <td>144.854</td> <td>111</td> </tr> </tbody> </table> <p>Taxas anuais de amortização – %</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ágio (i)</td> <td></td> <td>–</td> <td>9-10</td> </tr> <tr> <td>Software</td> <td></td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Patentes (i)</td> <td></td> <td>–</td> <td>60</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td></td> <td>–</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Para os saldos de ágio e marcas e patentes, os quais são ativos sem vida útil definida, a administração realiza anualmente os testes de Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) conforme CPC 01 (R1), e não encontrou indícios de não-realização dos ativos.</p>												2022	2021	Saldo em 31 de dezembro de 2020		144.854	169	Amortização		–	(29)	Saldo em 31 de dezembro de 2021		144.854	140	Custo		144.854	4.187	Amortização		–	(4.047)	Saldo em 31 de dezembro de 2021		144.854	140	Adições		–	–	Amortização		–	(29)	Saldo em 31 de dezembro de 2022		144.854	111	Custo		144.854	4.187	Amortização		–	(4.076)	Saldo em 31 de dezembro de 2022		144.854	111			2022	2021	Ágio (i)		–	9-10	Software		–	–	Patentes (i)		–	60	Outros		–	10																																																																										
		2022	2021																																																																																																																																																								
Saldo em 31 de dezembro de 2020		144.854	169																																																																																																																																																								
Amortização		–	(29)																																																																																																																																																								
Saldo em 31 de dezembro de 2021		144.854	140																																																																																																																																																								
Custo		144.854	4.187																																																																																																																																																								
Amortização		–	(4.047)																																																																																																																																																								
Saldo em 31 de dezembro de 2021		144.854	140																																																																																																																																																								
Adições		–	–																																																																																																																																																								
Amortização		–	(29)																																																																																																																																																								
Saldo em 31 de dezembro de 2022		144.854	111																																																																																																																																																								
Custo		144.854	4.187																																																																																																																																																								
Amortização		–	(4.076)																																																																																																																																																								
Saldo em 31 de dezembro de 2022		144.854	111																																																																																																																																																								
		2022	2021																																																																																																																																																								
Ágio (i)		–	9-10																																																																																																																																																								
Software		–	–																																																																																																																																																								
Patentes (i)		–	60																																																																																																																																																								
Outros		–	10																																																																																																																																																								
<p>12. Fornecedores – Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores nacionais</td> <td></td> <td>5.331</td> <td>4.853</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores RBS</td> <td></td> <td>833</td> <td>1.395</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>6.164</td> <td>6.248</td> </tr> </tbody> </table>												2022	2021	Fornecedores nacionais		5.331	4.853	Fornecedores RBS		833	1.395			6.164	6.248																																																																																																																																		
		2022	2021																																																																																																																																																								
Fornecedores nacionais		5.331	4.853																																																																																																																																																								
Fornecedores RBS		833	1.395																																																																																																																																																								
		6.164	6.248																																																																																																																																																								
<p>13. Salários e encargos a pagar – Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salários a pagar</td> <td></td> <td>3.190</td> <td>2.515</td> </tr> <tr> <td>Provisão de PPR a pagar</td> <td></td> <td>6.986</td> <td>6.852</td> </tr> <tr> <td>Provisão de férias e encargos</td> <td></td> <td>4.092</td> <td>3.889</td> </tr> <tr> <td>Previdência privada</td> <td></td> <td>59</td> <td>54</td> </tr> <tr> <td>Pensão a pagar</td> <td></td> <td>13</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>INSS a pagar</td> <td></td> <td>727</td> <td>770</td> </tr> <tr> <td>FGTS a pagar</td> <td></td> <td>324</td> <td>302</td> </tr> <tr> <td>Contribuição sindical</td> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>15.392</td> <td>14.398</td> </tr> </tbody> </table>												2022	2021	Salários a pagar		3.190	2.515	Provisão de PPR a pagar		6.986	6.852	Provisão de férias e encargos		4.092	3.889	Previdência privada		59	54	Pensão a pagar		13	14	INSS a pagar		727	770	FGTS a pagar		324	302	Contribuição sindical		1	2			15.392	14.398																																																																																																										
		2022	2021																																																																																																																																																								
Salários a pagar		3.190	2.515																																																																																																																																																								
Provisão de PPR a pagar		6.986	6.852																																																																																																																																																								
Provisão de férias e encargos		4.092	3.889																																																																																																																																																								
Previdência privada		59	54																																																																																																																																																								
Pensão a pagar		13	14																																																																																																																																																								
INSS a pagar		727	770																																																																																																																																																								
FGTS a pagar		324	302																																																																																																																																																								
Contribuição sindical		1	2																																																																																																																																																								
		15.392	14.398																																																																																																																																																								
<p>14. Outras contas a pagar – Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas com infraestrutura e operações</td> <td></td> <td>4.076</td> <td>7.240</td> </tr> <tr> <td>Antecipação de clientes</td> <td></td> <td>–</td> <td>916</td> </tr> <tr> <td>Comissão mercantil – Globo</td> <td></td> <td>2.135</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Comissão mercantil</td> <td></td> <td>1.266</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Receitas Diferidas</td> <td></td> <td>1.240</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td></td> <td>620</td> <td>900</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>9.337</td> <td>9.066</td> </tr> </tbody> </table>												2022	2021	Despesas com infraestrutura e operações		4.076	7.240	Antecipação de clientes		–	916	Comissão mercantil – Globo		2.135	–	Comissão mercantil		1.266	–	Receitas Diferidas		1.240	–	Outras contas a pagar		620	900			9.337	9.066																																																																																																																		
		2022	2021																																																																																																																																																								
Despesas com infraestrutura e operações		4.076	7.240																																																																																																																																																								
Antecipação de clientes		–	916																																																																																																																																																								
Comissão mercantil – Globo		2.135	–																																																																																																																																																								
Comissão mercantil		1.266	–																																																																																																																																																								
Receitas Diferidas		1.240	–																																																																																																																																																								
Outras contas a pagar		620	900																																																																																																																																																								
		9.337	9.066																																																																																																																																																								
<p>15. Provisão para riscos trabalhistas e cíveis – Consolidado</p> <p>a) Composição</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Provisão trabalhista</td> <td></td> <td>6.533</td> <td>9.065</td> </tr> <tr> <td>Provisão processos cíveis</td> <td></td> <td>99</td> <td>2.428</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>6.632</td> <td>11.493</td> </tr> </tbody> </table> <p>b) Movimentação da provisão</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Em 1º de janeiro</td> <td></td> <td>11.493</td> <td>14.447</td> </tr> <tr> <td>Movimentação líquida</td> <td></td> <td>(4.861)</td> <td>(2.954)</td> </tr> <tr> <td>Em 31 de dezembro</td> <td></td> <td>6.632</td> <td>11.493</td> </tr> </tbody> </table> <p>c) Perdas possíveis, não provisionadas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhista</td> <td></td> <td>13.999</td> <td>13.334</td> </tr> <tr> <td>Cível</td> <td></td> <td>1.117</td> <td>835</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>15.116</td> <td>14.169</td> </tr> </tbody> </table>												2022	2021	Provisão trabalhista		6.533	9.065	Provisão processos cíveis		99	2.428			6.632	11.493			2022	2021	Em 1º de janeiro		11.493	14.447	Movimentação líquida		(4.861)	(2.954)	Em 31 de dezembro		6.632	11.493			2022	2021	Trabalhista		13.999	13.334	Cível		1.117	835			15.116	14.169																																																																																																		
		2022	2021																																																																																																																																																								
Provisão trabalhista		6.533	9.065																																																																																																																																																								
Provisão processos cíveis		99	2.428																																																																																																																																																								
		6.632	11.493																																																																																																																																																								
		2022	2021																																																																																																																																																								
Em 1º de janeiro		11.493	14.447																																																																																																																																																								
Movimentação líquida		(4.861)	(2.954)																																																																																																																																																								
Em 31 de dezembro		6.632	11.493																																																																																																																																																								
		2022	2021																																																																																																																																																								
Trabalhista		13.999	13.334																																																																																																																																																								
Cível		1.117	835																																																																																																																																																								
		15.116	14.169																																																																																																																																																								
<p>16. Partes relacionadas – A Companhia efetua transações com partes relacionadas em condições definidas entre os envolvidos. Os saldos do balanço estão apresentados conforme a seguir:</p> <p>a) Ativo – Controladora</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dividendos a receber</td> <td></td> <td>4.946</td> <td>7.698</td> </tr> <tr> <td>NC Comunicações S/A</td> <td></td> <td>4.946</td> <td>7.698</td> </tr> </tbody> </table> <p>b) Passivo</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dividendos a pagar</td> <td></td> <td>5.806</td> <td>8.441</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar (i)</td> <td></td> <td>373</td> <td>275</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>6.179</td> <td>8.716</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Os pagamentos e recebimentos do Grupo são realizados de forma centralizada na NC Adm. e Cobranças Ltda. como forma de centralizar a administração de caixa.</p>												2022	2021	Dividendos a receber		4.946	7.698	NC Comunicações S/A		4.946	7.698			2022	2021	Dividendos a pagar		5.806	8.441	Outras contas a pagar (i)		373	275			6.179	8.716																																																																																																																						
		2022	2021																																																																																																																																																								
Dividendos a receber		4.946	7.698																																																																																																																																																								
NC Comunicações S/A		4.946	7.698																																																																																																																																																								
		2022	2021																																																																																																																																																								
Dividendos a pagar		5.806	8.441																																																																																																																																																								
Outras contas a pagar (i)		373	275																																																																																																																																																								
		6.179	8.716																																																																																																																																																								
<p>17. Patrimônio líquido – a) Capital social: O capital social subscrito da Companhia está representado da seguinte forma:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Capital</th> <th colspan="2">Ações</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Subscrito</td> <td></td> <td>2022</td> <td>2021</td> <td>2022</td> <td>2021</td> </tr> <tr> <td>Saltmont Fundo de Investimento em Participações Ltda.</td> <td></td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Carlos Eduardo Sanchez</td> <td></td> <td>257.620</td> <td>1.257.620</td> <td>1</td> <td>99,99%</td> </tr> <tr> <td>Emiliano Ricci Sanchez</td> <td></td> <td>1</td> <td>–</td> <td>1</td> <td>0,01%</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>257.621</td> <td>313.455</td> <td>257.621</td> <td>100,00%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Em 30 de novembro de 2022 houve a redução de capital no montante de R\$ 53.583, mediante o cancelamento de 53.583.304 ações através da absorção de prejuízo de exercícios anteriores. Além disso, houve a redução de capital no montante de R\$ 2.251, mediante o cancelamento de 2.250.839 ações que seriam integralizadas, porém não foram realizadas. b) Apropriação do lucro: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: Reserva legal: É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu R\$1.043 de reserva legal (Em 2021, a Companhia não constituiu reserva legal em função dos prejuízos acumulados).</p> <p>c) Distribuição de dividendos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td></td> <td>24.445</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>(-) Constituição da reserva legal</td> <td></td> <td>(1.222)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo dos dividendos</td> <td></td> <td>23.223</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</td> <td></td> <td>5.806</td> <td>–</td> </tr> </tbody> </table>												Capital		Ações				2022	2021	2022	2021	Subscrito		2022	2021	2022	2021	Saltmont Fundo de Investimento em Participações Ltda.		–	–	–	–	Carlos Eduardo Sanchez		257.620	1.257.620	1	99,99%	Emiliano Ricci Sanchez		1	–	1	0,01%			257.621	313.455	257.621	100,00%			2022	2021	Lucro líquido do exercício		24.445	–	(-) Constituição da reserva legal		(1.222)	–	Base de cálculo dos dividendos		23.223	–	Dividendos mínimos obrigatórios (25%)		5.806	–																																																																																				
		Capital		Ações																																																																																																																																																							
		2022	2021	2022	2021																																																																																																																																																						
Subscrito		2022	2021	2022	2021																																																																																																																																																						
Saltmont Fundo de Investimento em Participações Ltda.		–	–	–	–																																																																																																																																																						
Carlos Eduardo Sanchez		257.620	1.257.620	1	99,99%																																																																																																																																																						
Emiliano Ricci Sanchez		1	–	1	0,01%																																																																																																																																																						
		257.621	313.455	257.621	100,00%																																																																																																																																																						
		2022	2021																																																																																																																																																								
Lucro líquido do exercício		24.445	–																																																																																																																																																								
(-) Constituição da reserva legal		(1.222)	–																																																																																																																																																								
Base de cálculo dos dividendos		23.223	–																																																																																																																																																								
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)		5.806	–																																																																																																																																																								
<p>18. Receita líquida de vendas – Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita bruta de produtos e serviços</td> <td></td> <td>151.553</td> <td>162.868</td> </tr> </tbody> </table>												2022	2021	Receita bruta de produtos e serviços		151.553	162.868																																																																																																																																										
		2022	2021																																																																																																																																																								
Receita bruta de produtos e serviços		151.553	162.868																																																																																																																																																								
<p>19. Abertura dos custos e despesas por natureza – Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas com pessoal</td> <td></td> <td>(55.004)</td> <td>(52.412)</td> </tr> <tr> <td>Custo veiculação</td> <td></td> <td>(26.717)</td> <td>(39.187)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de transportes</td> <td></td> <td>(930)</td> <td>(1.020)</td> </tr> <tr> <td>Serviços contratados</td> <td></td> <td>(8.328)</td> <td>3.910</td> </tr> <tr> <td>Manutenção e infraestrutura</td> <td></td> <td>(5.950)</td> <td>(8.179)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td></td> <td>(3.245)</td> <td>(4.021)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação direito de uso de ativos</td> <td></td> <td>(657)</td> <td>(381)</td> </tr> <tr> <td>Amortização valor justo (nota explicativa nº 11)</td> <td></td> <td>(21.994)</td> <td>(21.962)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de comercialização</td> <td></td> <td>(789)</td> <td>(1.881)</td> </tr> <tr> <td>Energia elétrica, água e esgoto e telecomunicação</td> <td></td> <td>(2.520)</td> <td>(2.570)</td> </tr> <tr> <td>Despesas de comissões</td> <td></td> <td>(1.828)</td> <td>(2.211)</td> </tr> <tr> <td>Aluguéis</td> <td></td> <td>–</td> <td>(1.488)</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perdas dos estoques (nota 6)</td> <td></td> <td>2.203</td> <td>646</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perda de crédito esperadas</td> <td></td> <td>488</td> <td>(1.315)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas</td> <td></td> <td>(1.909)</td> <td>113</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>(127.180)</td> <td>(131.958)</td> </tr> <tr> <td>Custo dos produtos vendidos</td> <td></td> <td>(79.547)</td> <td>(91.629)</td> </tr> <tr> <td>Despesas com vendas</td> <td></td> <td>(8.266)</td> <td>(395)</td> </tr> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas</td> <td></td> <td>(39.367)</td> <td>(39.934)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>(127.180)</td> <td>(131.958)</td> </tr> </tbody> </table>												2022	2021	Despesas com pessoal		(55.004)	(52.412)	Custo veiculação		(26.717)	(39.187)	Despesas de transportes		(930)	(1.020)	Serviços contratados		(8.328)	3.910	Manutenção e infraestrutura		(5.950)	(8.179)	Depreciação e amortização		(3.245)	(4.021)	Depreciação direito de uso de ativos		(657)	(381)	Amortização valor justo (nota explicativa nº 11)		(21.994)	(21.962)	Despesas de comercialização		(789)	(1.881)	Energia elétrica, água e esgoto e telecomunicação		(2.520)	(2.570)	Despesas de comissões		(1.828)	(2.211)	Aluguéis		–	(1.488)	Provisão para perdas dos estoques (nota 6)		2.203	646	Provisão para perda de crédito esperadas		488	(1.315)	Outras despesas		(1.909)	113			(127.180)	(131.958)	Custo dos produtos vendidos		(79.547)	(91.629)	Despesas com vendas		(8.266)	(395)	Despesas gerais e administrativas		(39.367)	(39.934)			(127.180)	(131.958)																																																														
		2022	2021																																																																																																																																																								
Despesas com pessoal		(55.004)	(52.412)																																																																																																																																																								
Custo veiculação		(26.717)	(39.187)																																																																																																																																																								
Despesas de transportes		(930)	(1.020)																																																																																																																																																								
Serviços contratados		(8.328)	3.910																																																																																																																																																								
Manutenção e infraestrutura		(5.950)	(8.179)																																																																																																																																																								
Depreciação e amortização		(3.245)	(4.021)																																																																																																																																																								
Depreciação direito de uso de ativos		(657)	(381)																																																																																																																																																								
Amortização valor justo (nota explicativa nº 11)		(21.994)	(21.962)																																																																																																																																																								
Despesas de comercialização		(789)	(1.881)																																																																																																																																																								
Energia elétrica, água e esgoto e telecomunicação		(2.520)	(2.570)																																																																																																																																																								
Despesas de comissões		(1.828)	(2.211)																																																																																																																																																								
Aluguéis		–	(1.488)																																																																																																																																																								
Provisão para perdas dos estoques (nota 6)		2.203	646																																																																																																																																																								
Provisão para perda de crédito esperadas		488	(1.315)																																																																																																																																																								
Outras despesas		(1.909)	113																																																																																																																																																								
		(127.180)	(131.958)																																																																																																																																																								
Custo dos produtos vendidos		(79.547)	(91.629)																																																																																																																																																								
Despesas com vendas		(8.266)	(395)																																																																																																																																																								
Despesas gerais e administrativas		(39.367)	(39.934)																																																																																																																																																								
		(127.180)	(131.958)																																																																																																																																																								

... continuação

NC Broadcast Participações S.A.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com

o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de maio de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 027623/F

Cristiane Cléria S. Hilario
Sócia-Contadora
CRC 1SP 243,766/O-8

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



MS Broadcast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.987.773/0001-71

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora			Consolidado			Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Ativo circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.708	1.176	1.128	4.699	3.430	3.155				1.916	1.188	842	
Contas a receber de clientes	5	—	—	—	3.726	3.703	3.775	7.b	—	—	138	64	106	
Impostos a recuperar		42	15	15	344	3.010	1.595	10	—	—	1.696	1.497	935	
Estoques		—	—	—	—	317	—		5	5	6	235	247	
Partes relacionadas	13	4.986	—	—	9.096	2.104	20.529		—	—	46	2.182	112	
Dividendos a receber	13	617	698	—	—	459	—	13	266	174	590	—	520	
Outros créditos		3	3	1	343	—	298	13	8	—	2.411	674	1.289	
Total do ativo circulante		10.356	1.892	1.144	18.208	13.023	29.352		11	—	2.046	2.211	1.044	
Ativo não circulante									279	179	3.007	7.881	5.059	
Depósitos judiciais	12	—	—	—	57	778	844				673	319	613	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	—	—	—	17.083	18.807	10.598	7.b	—	—	—	34	835	
Investimentos	6	44.248	52.588	71.879	—	—	—	12	—	—	—	707	5.914	
Direito de uso de ativos	7	—	—	—	763	465	688		—	—	—	—	—	
Imobilizado	8	—	—	—	4.831	3.745	3.702		—	—	—	—	—	
Intangível	9	—	—	—	21.802	27.028	32.255	14	79.113	45.315	45.315	79.113	45.315	
Total do ativo não circulante		44.248	52.588	71.879	44.536	50.823	48.087							
Total do ativo		54.604	54.480	73.023	62.744	63.846	77.439							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	15	—	—	33.483	30.232
Custo dos produtos vendidos	16	—	—	(15.087)	(14.190)
Lucro bruto				18.396	16.042
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	16	—	—	(894)	(973)
Gerais e administrativas	16	(5.313)	(5.322)	(15.140)	(14.876)
Equivalência patrimonial	6	4.556	11.316	71	—
Outras despesas, líquidas		578	(5.133)	71	(5.299)
Lucro (prejuízo) operacional		(179)	861	2.433	(5.106)
Resultado financeiro líquido	17	232	50	413	248
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		53	911	2.846	(4.858)
Imposto de renda e contribuição social	18	(21)	—	(2.447)	6.027
Lucro líquido do exercício		32	911	399	1.169
Atribuível a acionistas controladores				32	911
Atribuível a acionistas não controladores				367	258
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19	—	—	0,0006	0,0191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Lucro (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de acionistas controladores	Total
Saldos em 01 de dezembro de 2021 (reapresentado)	45.315	33.798	507	(9.604)	—	70.016	1.257	71.273
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	911	911	258	1.169
Constituição da reserva legal (Nota 14)	—	—	46	—	(46)	—	—	—
Constituição dividendos mínimos obrigatórios (Nota 14)	—	—	—	—	(216)	(216)	(513)	(719)
Constituição dividendos adicionais (Nota 14)	—	—	—	(16.410)	—	(16.410)	—	(16.410)
Transferência para reserva lucros	—	—	—	649	(649)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	45.315	33.798	553	(25.365)	—	54.301	1.002	55.303
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	32	32	367	399
Integralização de AFAC (Nota 14)	33.798	(33.798)	—	—	—	—	—	—
Constituição da reserva legal (Nota 14)	—	—	2	—	(2)	—	—	—
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios (Nota 14)	—	—	—	—	(8)	(8)	(8)	(8)
Constituição dividendos adicionais (Nota 14)	—	—	—	—	—	—	(367)	(367)
Transferência para reserva lucros (Nota 14)	—	—	—	22	(22)	—	—	—
Outras transações com acionistas não controladores	—	—	—	—	—	—	(41)	(41)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	79.113	—	555	(25.343)	—	54.325	961	55.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A MS Broadcast Participações S.A. (“MS Broadcast” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Rui Barbosa nº 333, sala 41-c, Vila Gilda, em Santo André, São Paulo, CEP 09190-370, constituída em 03 de junho de 2016 e tem como objeto social: (a) holdings de instituições não financeiras; (b) exercício de funções de gestão e administração de negócios de empresas do Grupo; e (c) participações em outras sociedades, consórcio ou joint ventures. No exercício de 2022 houve a troca dos acionistas da companhia, porém os novos acionistas são parte do mesmo grupo dos antigos acionistas, não mudando a gestão e forma de controle da mesma. As empresas operacionais, controladas da Companhia, atuam no segmento de rádio e TV, sendo uma afiliada da Rede Globo de Televisão. A Companhia possui participações nas empresas Diário da Manhã, TV Chapeco, Empresa Catarinense de Comunicação, TV Criciúma e Rádio Cidade FM, e foram adquiridas em 26 de maio de 2016, em fases, e o controle foi obtido em 02 de dezembro de 2017. Contudo, todas as decisões da administração já estavam centralizadas na atual administração. A licença federal para operacionalização das atividades TV e rádio são garantidas pelo governo e aprovadas pelo congresso federal. Essas licenças são concedidas para cada unidade, com caráter não exclusivo e com vencimento pré-determinado de 15 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Em 2022 foi feita a renovação das licenças até 2037. A emissão das presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria da Companhia em 28 de abril de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. **2.3. Consolidação:** a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2022 e 2021: (i) **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. (ii) **Companhias consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

	% – Controle direto no capital social	
	2022	2021
Rádio Diário da Manhã	100%	100%
Televisão Chapeco S/A	87,65%	87,65%
RBS Empresa Catarinense de Comunicação	100%	100%
TV Criciúma Ltda.	100%	100%
Rádio Cidade FM de Criciúma Ltda.	100%	100%

b) **Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.4. Representação para correção de erros:** Em agosto de 2017 a Companhia recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 30.807, atrelada à aquisição da participação de suas controladas que ocorreu em 26 de maio de 2016, porém ainda em processo de alienação da participação a Companhia. Foi acordado entre as partes que a capitalização ocorreria após conclusão da alienação efetiva, porém o valor em questão foi indevidamente baixado para o resultado do exercício em 2018. Em 2022, após a conclusão efetiva do processo, foi realizada a capitalização do AFAC. Adicionalmente,

Demonstrações dos outros Resultados Abrangentes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		32	911	399	1.169
Resultado abrangente total		32	911	399	1.169
Resultado abrangente atribuível:					
Atribuível a acionistas controladores		—	—	32	911
Atribuível a acionistas não controladores		—	—	367	258
				399	1.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		53	911	2.846	(4.858)
Ajustes ao lucro (prejuízo):					
Depreciação e amortização		—	—	759	743
Resultado na baixa de imobilizado		—	—	220	(121)
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis		—	—	(801)	341
Provisão para perda de créditos esperadas		—	—	2	(11)
Amortização valor justo		5.226	5.227	5.226	5.227
Equivalência patrimonial		(4.556)	(6.189)	—	—
Juros provisionados		—	—	190	91
Variações					
Contas a receber de clientes		—	—	(25)	83
Estoques		(48)	—	317	(317)
Impostos a recuperar		—	—	(194)	(1.415)
Outros ativos		—	(2)	(343)	(161)
Partes relacionadas		100	104	(2.006)	19.122
Depósitos judiciais		—	—	721	66
Fornecedores e outras obrigações		—	(1)	728	990
Obrigações sociais, trabalhistas		—	—	187	562
Outras contas a pagar		—	—	(157)	1.170
Caixa proveniente das operações		775	50	7.670	21.512
Juros pagos		—	—	—	(91)
Imposto de renda e contribuição social pagos		—	—	—	(112)
Dividendos recebidos		7.751	20.253	459	—
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		8.526	20.303	8.129	21.309
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado		—	—	(1.966)	(714)
Outros investimentos (não controladores)		—	—	(407)	—
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		—	—	(2.373)	(714)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Adiantamento de dividendos		(4.994)	(20.255)	(4.328)	(20.255)
Passivo de arrendamento pagos		—	—	(159)	(65)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(4.994)	(20.255)	(4.487)	(20.320)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.532	48	1.269	275
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.176	1.128	3.430	3.155
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.708	1.176	4.699	3.430
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.532	48	1.269	275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

durante o período de 2017 a 2022, foram indevidamente registrados dividendos a receber de controladas em contrapartida do resultado no montante total acumulado de R\$ 10.199 em 2021 e R\$ 5.770 em 2020. Além disso, realizamos a reapresentação dos saldos dos impostos diferidos no montante de R\$ 4.760. Diante disso, os saldos originalmente apresentados foram ajustados e as demonstrações financeiras reapresentadas seguindo às diretrizes do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2022, a Companhia reapresentou os saldos de balanço referentes a 31 de dezembro de 2021 e 1 de janeiro de 2021 (saldo de abertura), bem como os resultados apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, apresentados de forma comparativa:

a) Balanço patrimonial
i) Controladora

	31/12/2021			01/01/2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Dividendos a receber	10.897	(10.199)	698	5.770	(5.770)	—
Outros ativos circulantes	1.194	—	1.194	1.144	—	1.144
Outros ativos não circulantes	52.588	—	52.588	71.879	—	71.879
Total do Ativo	64.679	(10.199)	54.480	78.793	(5.7	

... continuação

b) Demonstração de resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021		31/12/2021	
	Original-mente	Reapre-sentado	Original-mente	Reapre-sentado
	Ajustes	Ajustes	Ajustes	Ajustes
Lucro bruto	-	-	16.042	16.042
Despesas operacionais				
Outras receitas e despesas	5.994	-	5.994	(15.849)
Outras despesas, líquidas	(6)	(5.127)	(5.133)	(172)
Lucro (prejuízo) operacional	5.988	(5.127)	861	21
Resultado financeiro	50	-	50	248
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	6.038	-	911	269
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	6.027
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.038	-	911	6.296

Os impactos nas demonstrações de resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa são reflexos dos ajustes demonstrados acima e não são relevantes para a apresentação da reconciliação. Os ajustes demonstrados acima não provocaram efeitos nos totais das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos nas demonstrações de fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **2.5 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. i) **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela administração. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo e assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros créditos. ii) **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, passivo de arrendamento, partes relacionadas e outras contas a pagar. iii) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial, e, somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. iv) **Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*. **2.6. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor original da venda. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido da provisão para perda de crédito esperadas, se necessária. A provisão para perda de crédito esperadas é constituída com base nos critérios divulgados na Nota Explicativa nº 2.13.a. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **2.9. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. São classificadas as licenças de softwares entre outros ativos que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 03 a 05 anos. **A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual

MS Broadcast Participações S.A.

ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **a) Ajuste decorrente de aquisição de controladas:** O ajuste resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Companhia possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.11. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de propaganda no curso normal das atividades das controladas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. **a) Receita financeira:** A Companhia e suas controladas apresentam receita de caráter financeiro referente à correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: a) Tributos correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **b) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e quando a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais. **2.13. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Provisão para perda de créditos esperadas:** A perda é constituída com base na política interna, que leva em consideração o número de dias vencidos de cada título das contas a receber, a fim de cobrir eventuais perdas na realização de créditos com terceiros. Em alguns casos, também são considerados outros fatores, como por exemplo, a situação financeira do cliente. **b) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota Explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 "provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", onde uma provisão deve ser constituída quando: **a)** A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; **b)** Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; **c)** Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **2.14. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: **Contrato Oneroso** – custos de cumprimento de contrato; **Ativo imobilizado** – vendas antes do uso pretendido; e **Referências à Estrutura conceitual.** A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato Oneroso** – custos de cumprimento de contrato: Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados do a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual,

para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Subsidiária como adotante pela primeira vez:** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser uma adotante pela primeira vez. **IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros):** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período. **IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola):** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: **•** Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); **•** Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: **•** O que significa um direito de postergar a liquidação; **•** Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; **•** Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **3. Gestão de risco e instrumentos financeiros – a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia. A Companhia reconhece seus recebíveis inicialmente na data em que foram faturados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **b) Fatores de risco financeiro:** As atividades da companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. **b.1) Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos longo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativos e passivos atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. **b.2) Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

MS Broadcast Participações S.A.

pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. b.3) *Risco de liquidez*: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda. O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

j) Controladora

	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022					
Partes relacionadas	266	266	-	-	-
Dividendos a pagar	8	8	-	-	-
Posição líquida	274	274	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021					
Partes relacionadas	174	174	-	-	-
Posição líquida	174	174	-	-	-

b.3) *Risco de liquidez – j) Consolidado*

	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	1.916	1.916	-	-	-
Passivo de arrendamento	811	138	673	-	-
Dividendos a pagar	674	674	-	-	-
Outras contas a pagar	2.046	2.046	-	-	-
Posição líquida	5.447	4.774	673	-	-
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	1.188	1.188	-	-	-
Passivo de arrendamento	383	64	319	-	-
Outras contas a pagar	2.211	2.211	-	-	-
Posição líquida	3.782	3.463	319	-	-

c) Classificação dos instrumentos: A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada abaixo em 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	4.708	1.176	4.699	3.430
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	42	15	3.726	3.010
Partes relacionadas a receber	4.986	-	9.096	3.703
Dividendos a receber	617	698	-	459
Outros créditos	3	3	343	-
	10.356	1.892	17.864	10.602
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	-	-	1.916	1.188
Passivo de arrendamento	-	-	811	383
Partes relacionadas	266	174	-	-
Dividendos a pagar	8	-	674	-
Outras contas a pagar	-	-	2.046	2.211
	1.404	174	5.447	3.782

Classificação contábil e mensuração dos valores justos: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

i) Controladora

	Mensuração a valor justo		31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	4.708	4.708	1.176	1.176	1.176
Contas a receber de clientes	Nível 2	42	42	15	15	15
Outros recebíveis	Nível 2	3	3	3	3	3
Partes relacionadas a receber	Nível 2	4.986	4.986	-	-	-
Dividendos a receber	Nível 2	617	617	698	698	698
		10.356	10.356	1.892	1.892	1.892
Passivos financeiros						
Partes relacionadas a pagar	Nível 2	266	266	174	174	174
Dividendos a pagar	Nível 2	8	8	-	-	-
		274	274	174	174	174

ii) Consolidado

	Mensuração a valor justo		31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	4.699	4.699	3.430	3.430	3.430
Contas a receber de clientes	Nível 2	3.726	3.726	3.010	3.010	3.010
Partes relacionadas a receber	Nível 2	9.096	9.096	3.703	3.703	3.703
Dividendos a receber	Nível 2	-	-	459	459	459
Outros recebíveis	Nível 2	343	343	-	-	-
		17.864	17.864	10.602	10.602	10.602
Passivos financeiros						
Fornecedores	Nível 2	1.916	1.916	1.188	1.188	1.188
Passivo de arrendamento	Nível 2	811	811	383	383	383
Dividendos a pagar	Nível 2	674	674	-	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	2.046	2.046	2.211	2.211	2.211
		5.447	5.447	3.782	3.782	3.782

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021: • Caixa e equivalentes de caixa: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações da Companhia e seus clientes e são classificados como curto. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Fornecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas: decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias da Companhia com seus fornecedores e são classificados como custo amortizado. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Outros recebíveis e outras contas a pagar: são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Banco conta movimento	4.708	1.176
	4.699	3.430
	4.708	1.176

5. Contas a receber de clientes – Consolidado

	2022	2021
Clientes nacionais	3.773	3.752
Provisão para perda de créditos esperadas	(47)	(49)
	3.726	3.703
	2022	2021
	2.662	3.086

A idade dos vencimentos dos títulos está demonstrada as seguir:

A vencer

Vencidos:

	2022	2021
Até três meses	776	333
De três até seis meses	135	65
Acima de seis meses	200	268
	3.773	3.752
	2022	2021
	(49)	(60)
	2	11
	(47)	(49)

A movimentação da provisão para perda de créditos esperadas:

	2022	2021
Saldo inicial	(49)	(60)
Movimento	2	11
Saldo final	(47)	(49)

A administração da Companhia entende que a provisão é o suficiente para resguardar quanto a eventuais perdas no recebimento das contas a receber de clientes.

6. Investimentos – controladora

i) Informações

	Quantidade de quotas ou ações possuídas		% – Participação direta		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Diário da Manhã Ltda.	529.341	529.341	100%	100%	1.016	5.607	(4.591)	4.555
Televisão Chapeco	1.580.843	1.580.843	87,65%	87,65%	7.777	8.111	2.964	1.836
Empresa Catarinense de Comunicação Ltda.	40.000	40.000	100%	100%	475	618	435	442
TV Criciúma	1.314.567	1.314.567	100%	100%	13.513	11.659	5.596	4.041
Rádio Cidade FM de Criciúma Ltda.	3.284	3.284	100%	100%	637	577	510	442

b) Movimentação dos investimentos

	Saldo no início do exercício	Dividendos	Amortização (a)	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
2022					
Diário da Manhã Ltda.	5.607	-	-	(4.591)	1.016
Televisão Chapeco	7.110	(2.892)	-	2.598	6.816
Empresa Catarinense de Comunicação Ltda.	618	(578)	-	435	475
TV Criciúma	11.659	(3.750)	-	5.596	13.513
Rádio Cidade FM de Criciúma Ltda.	577	(450)	-	510	637
Ágio	15.293	-	-	-	15.293
Valor intangível – mais valia	11.724	-	(5.226)	-	6.498
Total do investimento	52.588	(7.670)	(5.226)	4.556	44.248
(a) A amortização ocorrida no exercício refere-se à alocação de valor justo, que se atribuem à amortização dos ativos de "Contratos", identificáveis e com vida útil definida, referentes a aquisição de suas controladas, registrados no intangível.					
2021					
Diário da Manhã Ltda.	1.052	-	-	4.555	5.607
Televisão Chapeco	8.459	(3.187)	-	1.836	7.108
Empresa Catarinense de Comunicação Ltda.	2.126	(1.950)	-	442	618
TV Criciúma	26.758	(19.140)	-	4.041	11.659
Rádio Cidade FM de Criciúma Ltda.	1.239	(1.102)	-	442	579
Ágio	15.293	-	-	-	15.293
Valor intangível – mais valia	16.952	-	(5.228)	-	11.724
Total do investimento	71.879	(25.379)	(5.228)	11.316	52.588
(a) A amortização ocorrida no exercício refere-se à alocação de valor justo, que se atribuem à amortização dos ativos de "Contratos", identificáveis e com vida útil definida, referentes a aquisição de suas controladas, registrados no intangível.					

7. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento – Consolidado

	Saldo no início do exercício	Dividendos	Amortização (a)	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
2022					
Diário da Manhã Ltda.	1.052	-	-	4.555	5.607
Televisão Chapeco	8.459	(3.187)	-	1.836	7.108
Empresa Catarinense de Comunicação Ltda.	2.126	(1.950)	-	442	618
TV Criciúma	26.758	(19.140)	-	4.041	11.659
Rádio Cidade FM de Criciúma Ltda.	1.239	(1.102)	-	442	579
Ágio	15.293	-	-	-	15.293
Valor intangível – mais valia	16.952	-	(5.228)	-	11.724
Total do investimento	71.879	(25.379)	(5.228)	11.316	52.588
(a) A amortização ocorrida no exercício refere-se à alocação de valor justo, que se atribuem à amortização dos ativos de "Contratos", identificáveis e com vida útil definida, referentes a aquisição de suas controladas, registrados no intangível.					

8. Imobilizado – consolidado

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adição	Depreciação	Saldo contábil, líquido	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adição	Depreciação	Saldo contábil, líquido	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Terrenos	35	455	62	2.968	182	379	182	379	182
Móveis e utensílios	1	-	17	696	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	(83)	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	(4)	-	-	-	-
Total	36	443	63	3.108	95	379	182	379	182
Terrenos	36	1.386	1.005	12.136	2.038	16.601	1.943	(12.856)	16.601
Móveis e utensílios	-	(943)	(942)	3.108	95	3.745	1.966	1.966	3.745
Máquinas e equipamentos	36	443	63	3.108	95	3.745	1.966	1.966	3.745
Outros	-	-	-	-	(236)	(1.099)	879	(660)	879
Total	36	443	63	3.108	95	3.745	1.966	1.966	3.745
Terrenos	(1)	(141)	(100)	(621)	(236)	(1.099)	879	(660)	879
Móveis e utensílios	-	65	100	478	236	879	(660)	(660)	879
Máquinas e equipamentos	-	(13)	(45)	(533)	(69)	(660)	879	(660)	879
Outros	35	354	268	3.498	575	4.831	17.468	(12.637)	17.468
Total	35	1.245	1.155	12.581	2.351	17.468	(12.637)	(12.637)	17.468
Terrenos	-	(891)	(887)	(9.083)	(1.776)	(12.637)	17.468	(12.637)	17.468
Móveis e utensílios	35	354	268	3.498	575	4.831	17.468	(12.637)	17.468
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	10-20%	10%	10%	10%	-	-	-	-

9. Intangível – consolidado

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Ágio (i)	15.292	10.655	6.299	9	32.255
Contratos	-	(5.227)	-	-	(5.227)
Marcas e patentes (i)	15.292	5.428	6.299	9	27.028
Outros	-	(5.226)	-	-	(5.226)
Total	15.292	202	6.299	9	21.802
Terrenos	15.292	26.385	6.299	9	47.985
Móveis e utensílios	-	(26.183)	-	-	(26.183)
Máquinas e equipamentos	15.292	202	6.299	9	21.802
Outros	-	-	-	-	-
Total	15.292	202	6.299	9	21.802

... continuação

MS Broadcast Participações S.A.

estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: **(i) Reserva legal:** É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 30% do capital social. **(d) Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2022	2021
Lucro do líquido do exercício	32	2
(-) Constituição da reserva legal (5%)	2	30
Base de cálculo dos dividendos	30	8
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	8	2
15. Receita líquida de vendas – Consolidado	2022	2021
Receita bruta de produtos e serviços	35.935	32.708
(-) Impostos sobre vendas	(1.824)	(1.645)
(-) Devoluções, abatimentos e cancelamento	(628)	(831)
	33.483	30.232

16. Abertura dos custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custos de veiculação	–	–	(8.057)	(7.442)
Despesas com pessoal	–	–	(7.030)	(6.748)
Energia elétrica, água e telecomunicação	–	–	(6.050)	(1.063)
Serviços contratados	(86)	(105)	(660)	(5.314)
Depreciação e amortização	–	–	(525)	(743)
Amortização valor justo	(5.227)	(5.227)	(5.227)	(5.227)
Comissões de agentes	–	–	(481)	(566)
Manutenções	–	–	(619)	(449)
Provisão para perda de créditos esperadas	–	–	(1.535)	11
Despesas de comercialização	–	–	(8.054)	(2.498)
	(5.313)	(5.332)	(31.121)	(30.039)
Custo dos produtos vendidos	–	–	(15.087)	(14.190)
Despesas com vendas	–	–	(894)	(973)
Despesas gerais e administrativas	(5.313)	(5.332)	(15.140)	(14.876)
	(5.313)	(5.332)	(31.121)	(30.039)

17. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras				
Juros arrendamento mercantil	–	–	(75)	(91)
Outras receitas financeiras	–	–	(8)	(6)
	–	–	(83)	(97)

18. Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente – a) O ativo e passivo diferido fiscal está assim constituído:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	–	–	16.288	10.116
Outros diferidos constituídos	–	–	795	8.691
Imposto de renda e contribuição social ativo	–	–	17.083	18.807

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: Segue a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	53	911	2.846	(4.858)
Imposto calculado com base em alíquotas – 34%	(19)	(319)	(996)	1.700
Adições/exclusões	–	–	–	–
Ressarcimento ref. Propaganda Partidária	–	–	5.129	–
Amortização Valor Justo (PPA)	(1.777)	(1.777)	(1.777)	(1.777)
Diferido sobre Prejuízo fiscal e base negativa	–	–	(6.172)	(532)
Equivalência patrimonial	1.549	3.848	–	–
Outras adições/exclusões	226	(1.752)	1.369	6.636
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(21)	–	(2.447)	6.027
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(21)	–	(723)	(2.182)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	–	–	(1.724)	8.209
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(21)	–	(2.447)	6.027

19. Lucro por ação – O lucro básico por ação é calculado mediante à divisão do lucro, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício:

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	32	911
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	49.514	47.610
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,0006	0,0191

Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor.

20. Seguros – consolidado – A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas contrataram os seguintes seguros:

Modalidade	Vigência até:	Cobertura
Responsabilidade civil geral	04/07/2024	507

21. Eventos subsequentes – Julgamento STF – “Quebra” de decisões judiciais definitivas: Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

Luiz Carlos Borgonovi – Diretor
Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC 1SP 250.809/O-7

fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de maio de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 027.623/F

Cristiane Cléria S. Hilario
Sócia-Contadora
CRC 1SP 243.766/O-8

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



ITOCHU Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 61.274.155/0001-00 – NIRE 35.300.014.723

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de maio de 2023

Data e Local: Em 18 de maio de 2023, às 10:00 horas, em sua sede social, na Avenida Paulista, nº 37 – 19º andar, na Capital do Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no artigo 124, § 4º, da lei 6.404/76. **Mesa Diretora:** Presidente da Mesa: Katsuhiko Kimura; Secretário da Mesa: Masakazu Obayashi. **Ordem do Dia:** 01) Destituição do Sr. **Hiroshi Akiba** do cargo de Diretor Presidente; 02) Nomeação do Sr. **Hisakazu Yamaguchi** para o cargo de Diretor Presidente; 03) Destituição dos Srs. **Koichiro Kawaguchi** e **Daizo Watanabe**, dos cargos de Diretores Gerente; 04) Nomeação dos Srs. **Hiroyuki Hoshi** e **Yoshihiro Tsunoda** para os cargos de Diretores Gerente; e, 05) Outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações:** Foram aprovados por unanimidade de votos de todos os acionistas, com exceção dos legalmente impedidos: 01) A destituição do Sr. **Hiroshi Akiba** do cargo de Diretor Presidente a partir de **21/04/2023**; 02) Em substituição à destituição do Sr. **Hiroshi Akiba**, a nomeação do Sr. **Hisakazu Yamaguchi**, japonês, casado, do comércio, portador da cédula de identidade para estrangeiro RNM nº G226907P, inscrito no CPF/MF sob nº 702.381.566-05, residente na cidade de São Paulo-SP, a partir de **03/05/2023**, para exercer o cargo de Diretor Presidente; 03) A destituição do Sr. **Koichiro Kawaguchi**, do cargo de Diretor Gerente a partir de **10/05/2023** em virtude de seu retorno ao Japão e a destituição do Sr. **Daizo Watanabe**, do cargo de Diretor Gerente a partir de **12/03/2023** em virtude de sua transferência para o Panamá; 04) Em substituição à destituição do Sr. **Koichiro Kawaguchi**, a nomeação do Sr. **Hiroyuki Hoshi**, japonês, casado, do comércio, portador da cédula de identidade para estrangeiro RNM nº F832724D, inscrito no CPF/MF sob nº 119.206.161-60, residente na cidade de São Paulo-SP, a partir de **02/05/2023**, para exercer o cargo de Diretor Gerente; e, em substituição à destituição do Sr. **Daizo Watanabe**, a nomeação do Sr. **Yoshihiro Tsunoda**, japonês, casado, do comércio, portador da cédula de identidade para estrangeiro RNM nº F833356B, inscrito no CPF/MF sob nº 118.657.511-54, residente na cidade de São Paulo-SP, a partir de **24/04/2023**, para exercer o cargo de Diretor Gerente, tendo ficado vago este cargo desde a destituição do Sr. **Daizo Watanabe** até a nomeação do Sr. **Yoshihiro Tsunoda**; e 05) Os mandatos do novo Diretor Presidente e dos novos diretores aqui apontados terminarão junto com os demais diretores já nomeados, ou seja, **30/04/2025**. Todos os nomeados através da presente ata declaram, expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem o comércio ou a administração da sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal, nos termos do artigo 153 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 18 de maio de 2023. Presidente da Mesa – Katsuhiko Kimura e Secretário da Mesa – Masakazu Obayashi (Aa). Itochu Corporation – Pp. Katsuhiko Kimura; Itochu Latim America S.A. (ILASA) – Pp. Katsuhiko Kimura. A presente é cópia fiel do original. São Paulo, 18 de maio de 2023. Ass.: Katsuhiko Kimura – Presidente da Mesa; Masakazu Obayashi – Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 227.239/23-4 em 02/06/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Wish S.A.

CNPJ nº 07.687.928/0001-35 – NIRE 35.300.589.912

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2023, às 10 horas – Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a ata em epígrafe foi registrada sob o nº 226.725/23-6 em 02/06/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF: 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de maio de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 19 de maio de 2023, às 11:00 horas, na sede social da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia"), localizada na Rua Guararapes, nº1909 – 9º andar – Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004. **2. Convocação e Presença:** A convocação foi feita pelo Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social e esteve presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, em conformidade com o Artigo 16 do Estatuto Social. **3. Mesa:** Presidida pela Sra. Marilena Rodrigues Vasone e secretariada pelo Sr. Alceu Rodrigues Vasone. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para aprovar a realização do pagamento do Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") do exercício de 2022, no montante de R\$ 1.481.000,00 (um milhão e quatrocentos e oitenta e um mil reais), conforme já deliberado na AGOE realizada em 28 de abril de 2023, sendo que o pagamento ocorrerá no dia 22 de maio de 2023, conforme proporção acionária na Companhia. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Sra. Marilena Rodrigues Vasone – Presidente; Alceu Rodrigues Vasone – Secretário. Conselheiros Presentes: Sra. Marilena Rodrigues Vasone, Alceu Rodrigues Vasone e Rodrigo Casado Oliveira da Silva. São Paulo, 19 de maio de 2023. **Confere com a original lavrada em livro próprio da Companhia.** Mesa: Marilena Rodrigues Vasone – Presidente; Alceu Rodrigues Vasone – Secretário. Conselheiros: Marilena Rodrigues Vasone – Presidente; Alceu Rodrigues Vasone – Vice-Presidente; Rodrigo Casado Oliveira da Silva – Membro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 215.808/23-0 em 29/05/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

RBI Partnership Participações S.A.

CNPJ/MF nº 02.176.289/0001-20 – NIRE 35.300.151.852

Editais de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **RBI Partnership Participações S.A.**, ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), que se realizará via conferência eletrônica através de link a ser disponibilizado previamente pela Companhia, conforme permitido pela Lei 14.030/20, de 28 de julho de 2020, em 20 de junho de 2023, às 11 horas, para deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(i)** reeleição dos membros da diretoria e ratificação dos atos praticados pelos referidos diretores até a presente data; **(ii)** aprovação das contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022; **(iii)** pagamento da indenização devida à Rio Bravo Investimentos Holding S.A. nos termos previstos no Share Purchase Agreement and Other Covenants celebrado, em 29 de julho de 2016, entre a Companhia, a Fosun Property Holding Limited e outros, conforme posteriormente aditada; e **(iv)** contratação de prestador de serviço responsável pelo acompanhamento e execução do contas a pagar, contabilidade e atos societários da Companhia. **Instruções Gerais:** Poderão participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária os acionistas titulares de ações ordinárias ou preferenciais emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que a cópia autenticada dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes sejam encaminhados à Companhia até a data que anteceder a realização da assembleia, aos cuidados do Departamento Jurídico através do e-mail juridico@riobravo.com.br, oportunidade em que será enviado o link para participação da assembleia. Registra-se que os documentos a serem discutidos no âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária encontram-se à disposição no endereço da sede da Companhia. (07, 08 e 10/06/2023)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/06/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

